

Fim do Banerj eleva base monetária

por Ivanir José Bortot
de Brasília

A liquidação do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) foi um dos principais fatores que contribuíram para a expansão monetária de R\$ 4,1 bilhões ocorrida em dezembro último. Só com a liquidação do Banerj, o Banco Central (BC) foi obrigado a injetar R\$ 3,520 bilhões no mercado.

A liquidez do sistema financeiro acabou sendo controlada pelo recolhimento de compulsórios de depósitos a vista, a prazo e dos fundos de investimentos, atingindo R\$ 2,5 bilhões. Mesmo assim, o elevado grau de liquidez na economia fez com que os bancos tomassem R\$ 176 milhões de recursos nas linhas de assistência do BC.

“A demanda por moeda na economia ficou muito próxima à variação da inflação no ano passado refletindo um comportamento de uma economia estabilizada”, disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes. O ingresso de moeda estrangeira foi fraco, o que levou o BC a injetar R\$ 234 milhões na economia. O déficit nas contas do Tesouro Nacional fez o governo injetar R\$ 444 milhões acima do valor do que retirou. O BC ajustou a expansão monetária na economia ao resgatar liquida-

mente R\$ 2,3 bilhões em papéis públicos em dezembro.

Os meios de pagamentos (M1) - considerando papel-moeda em poder do público e depósitos a vista -, tiveram uma variação de apenas 9,2% entre dezembro de 1995 e dezembro último, ficando em R\$ 29,032 bilhões.

A implantação das mudanças nas regras de recolhimento dos compulsórios sobre depósitos a prazo e a proximidade com a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (-CPMF) alteraram a composição do M4, o mais amplo dos agregados monetários da economia.

A captação bancária em papéis privados, através dos Certificados de Depósito Bancário (CDB), caiu de R\$ 88,1 bilhões em novembro para R\$ 83,4 bilhões em dezembro. A participação dos papéis privados, que era de 32% no final de 1995 sobre o total dos haveres financeiros, recuou para 26% no último mês.

“Os bancos podem estar perdendo capacidade de captação em papéis privados, mas não significa que haverá redução na oferta de crédito”, disse Lopes. É que a maior parte dos recursos concedidos pelos bancos aos tomadores finais é obtido através da captação via papéis privados.

Uma parcela dos recursos que deixaram de ser aplicados em CDB migrou para fundos de investimentos financeiros. Como os fundos podem fazer aplicações em papéis privados, os bancos poderiam contar com esse instrumento para financiar o crédito. A caderneta de poupança conseguiu elevar em R\$ 5 bilhões o saldo de suas captações em dezembro, devido à elevada rentabilidade e a isenção de imposto de renda das aplicações.

O efeito da CPMF, um mês antes de começar a vigorar, produziu um impacto sobre os compulsórios. O volume de recursos de compulsórios dos bancos junto ao BC subiu de R\$ 38,1 bilhões em novembro para R\$ 40,7 bilhões em dezembro. Em espécie, foi elevado em R\$ 1,1 bilhão nos depósitos a vista, sem falar na mudança da lei que obrigou os bancos a reduzir de 9% para 6% os compulsórios em títulos e ainda elevar de 11% para 14% o compulsório em espécie dos depósitos a prazo.

A elevação do volume de dinheiro recolhido no BC sob a denominação de compulsório é um dos fatores que contribuiu para encarecer os recursos que foram repassados pelos bancos aos tomadores finais.